



Confiança em desenvolvimento:

o Brasil e os projetos de impacto rápido

Eduarda Hamann, Henrique Garbino e Maiara Folly

Sumário

Introdução.....	1
1. A evolução de uma prática	2
2. Características e impactos dos QIPs no Haiti.....	5
3. O papel do componente militar	8
4. O engajamento do Brasil	11
5. A difícil avaliação dos impactos	12
Conclusão e recomendações	13
Referências	15



Confiança em desenvolvimento:

o Brasil e os projetos de impacto rápido

Eduarda Hamann, Henrique Garbino e Maiara Folly *

Introdução

Os “projetos de impacto rápido” (*Quick Impact Projects* – “QIPs”) foram usados pela Organização das Nações Unidas (ONU) pela primeira vez em 1991, a fim de auxiliar a reintegração de repatriados e deslocados internos na América Central. Desde então, a ONU faz crescente uso dessa ferramenta em suas missões políticas e de manutenção da paz. São projetos de pequena escala e baixo custo, que têm por objetivo principal consolidar a confiança da população local na missão e no processo de paz de maneira geral. Ou seja, embora sejam pontuais e relativamente pequenos, os QIPs estão inseridos em uma estratégia mais ampla e têm impactos significativos na transição para o desenvolvimento e para a paz sustentável.

Desde a sua inserção no âmbito do *peacekeeping* da ONU, a missão que mais se destaca pelo volume de verba recebido para a implementação de QIPs foi a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que recebeu mais de um quarto do valor total disponível em Nova York. O contingente brasileiro se destaca entre o componente militar da MINUSTAH por ser o que mais fez uso desse instrumento para apoiar a população local e, ao mesmo tempo, fazer avançar os objetivos da missão. Assim, este Artigo Estratégico busca analisar a relevância de tais projetos para a estabilização do Haiti, bem como o papel atual (e potencial) desempenhado pelo contingente militar brasileiro

no planejamento e na implementação de QIPs em missões de manutenção da paz. As informações consolidadas foram obtidas por meio de documentos oficiais – especialmente do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO) – e entrevistas com funcionários da ONU, diplomatas e militares brasileiros que atuam ou atuaram na MINUSTAH.

O presente artigo está estruturado em cinco partes, além de introdução e conclusão. A primeira seção apresenta um panorama geral sobre a adoção de QIPs por missões e agentes da ONU, com ênfase nos recursos financeiros alocados para a sua implementação, que refletem o apoio político a essa ferramenta. As seções 2 e 3 discutem os benefícios da implementação dos QIPs no Haiti, entre 2004 e 2015, além da mudança na natureza dos projetos à medida que evoluíam as condições no terreno. A seção 4 trata do engajamento do Brasil com esse tipo de projeto e demonstra que a diplomacia brasileira só passou a se envolver efetivamente com o tema, em Nova York, depois do sucesso relativo dos QIPs implementados pelos militares brasileiros no Haiti. A última seção substantiva, por sua vez, trata de um dos maiores desafios dos QIPs, que é a ausência de métodos e processos de monitoramento e avaliação. Por fim, a seção conclusiva propõe recomendações voltadas para a ampliação da eficiência e eficácia de projetos de impacto rápido em missões da ONU.

* Este artigo é fruto da parceria entre o Instituto Igarapé e o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, firmada através de memorando de entendimento assinado em junho de 2016.

1. A evolução de uma prática

Os projetos de impacto rápido foram usados pela primeira vez em 1991, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Na época, o objetivo foi o de implementar projetos de baixo custo voltados para a reintegração de repatriados e deslocados internos na Nicarágua.¹ Se no início os QIPs estavam mais voltados para questões de infraestrutura, com o tempo passaram a abranger também atividades mais complexas e hoje podem ser percebidos como ponte para o desenvolvimento de longo prazo.

Foi somente nos anos 2000 que a ONU passou a considerar os QIPs como parte de sua estratégia de paz e segurança. Os projetos passaram a ser implementados com o apoio das operações de manutenção da paz e das missões políticas especiais, com vistas a angariar confiança para seus mandatos e para os processos de paz em geral. Em sua concepção atual, os QIPs têm por objetivos, de um lado, apoiar a população local e, do outro, fortalecer a credibilidade e a legitimidade das atividades da ONU no terreno. Por serem projetos de curto prazo e custo reduzido, a serem implementados em baixa escala e com recurso à mão de obra local, geralmente facilitam a interação da ONU com a população por meio de atividades simples e de grande visibilidade.

Para avaliar a importância dos QIPs no âmbito das missões da ONU, parte-se da análise financeira. Além de refletir o apoio político dos Estados-Membros à ideia geral dos QIPs, é o que efetivamente viabiliza a sua implementação. Inicialmente, o orçamento para esse tipo

de projeto estava incorporado a programas humanitários e de desenvolvimento, e o processo de implementação era bastante burocrático, o que tornava demorada a sua autorização.² Uma recomendação explícita do Relatório Brahimi, de 2000³, fez com que fosse criada, a partir de 2002/2003, uma rubrica específica para os QIPs no orçamento de *peacekeeping*, com valores que deveriam ser investidos no primeiro ano da missão no terreno.⁴

Na época, os projetos eram aprovados pelo chefe da missão, junto com as agências, fundos e programas das Nações Unidas presentes no país.⁵ Hoje, quem gerencia o orçamento dos QIPs é o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU. As primeiras diretrizes divulgadas pelo órgão, em 2007, determinavam o teto de US\$ 25 mil por projeto e um prazo máximo de 3 meses para a implementação. Em 2013, os tetos financeiro e temporal de cada projeto literalmente dobraram, passando para até US\$ 50 mil por QIPs, a serem implementados em até 6 meses.⁶ Graças ao impacto positivo alcançado no terreno, os Estados-Membros também conseguiram negociar um significativo aumento no orçamento geral destinado aos QIPs. No ano fiscal 2005/2006, o orçamento total da ONU para *peacekeeping* era de US\$ 5 bilhões e, dez anos depois, esse valor chegou aos US\$ 8.3 bilhões, o que representa um aumento de 65%. No mesmo período, a parcela do orçamento dedicada aos QIPs aumentou de US\$ 7.5 milhões (0,15% do total) para 24,4 milhões (0,29% do total). O crescente apoio aos QIPs fica evidente no Gráfico 1, a seguir.

1 ONU/ACNUR, 2004.

2 De Coning, 2007.

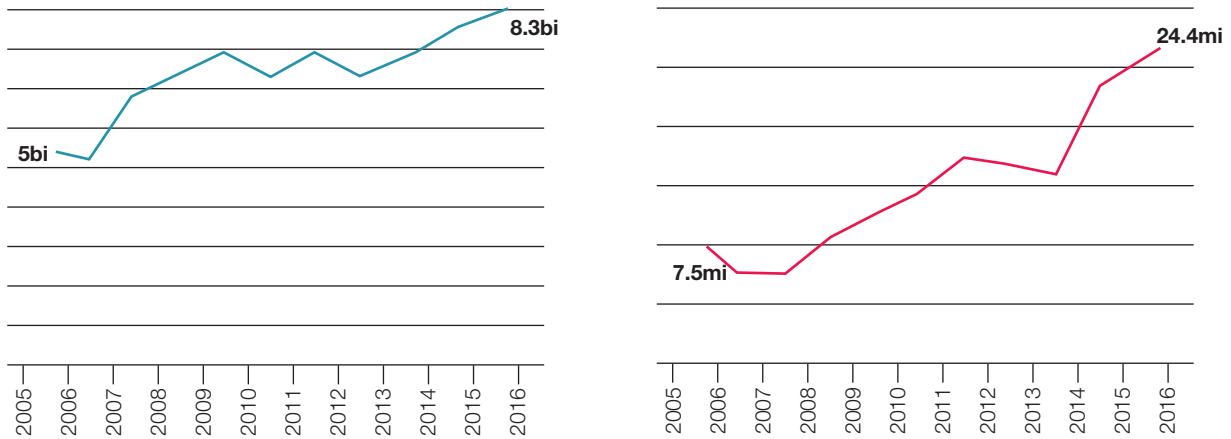
3 ONU/SGNU, 2000.

4 Idem.

5 Ibidem.

6 ONU/DPKO-DFS, 2013.

Gráfico 1: Evolução do orçamento para *peacekeeping* e da parcela dedicada aos QIPs (2005/2006 a 2015/2016). Valores em US\$.

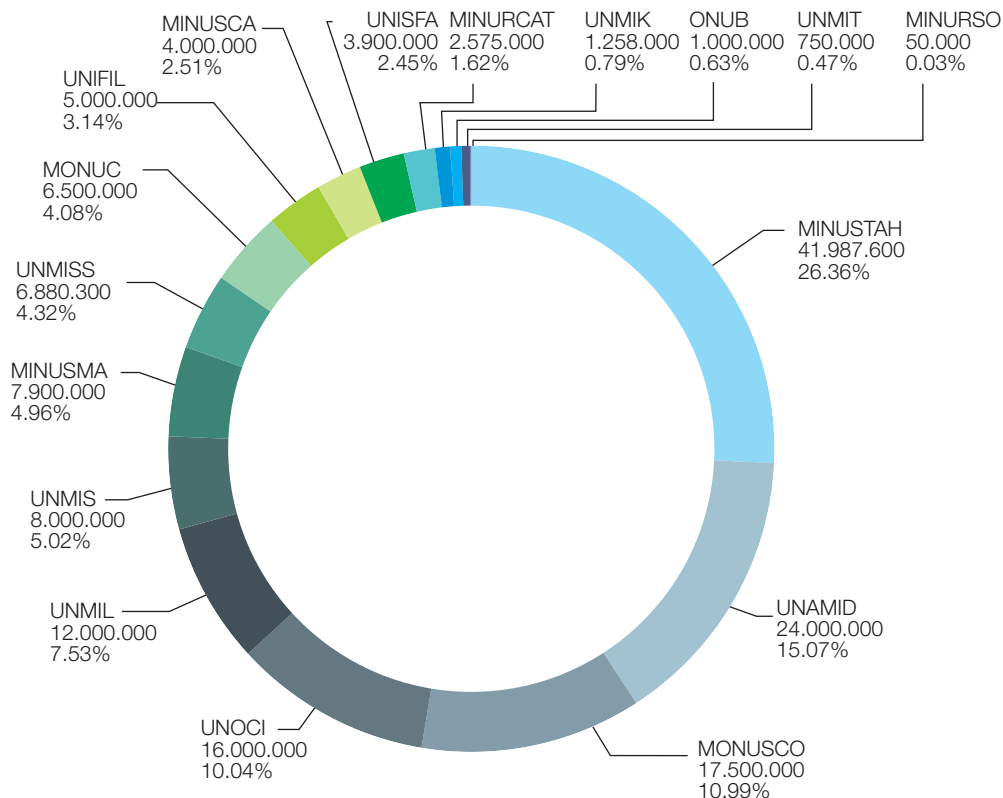


Fonte: original; Dados: ONU/AGNU 2005, 2007, 2008, 2009, 2009, 2010, 2012, 2012, 2014, 2015, 2016.

Vale acrescentar que, ao todo, a verba dedicada aos QIPs teve um acúmulo de US\$ 160 milhões entre 2005/2006 e 2015/2016. Esse volume foi distribuído para apenas 17 das mais de 30 missões de manutenção da paz e missões

políticas especiais em curso na época, como ilustrado pelo Gráfico 2, a seguir. Fica explícito que mais de 60% dos recursos foram para apenas 4 dessas 17 missões.

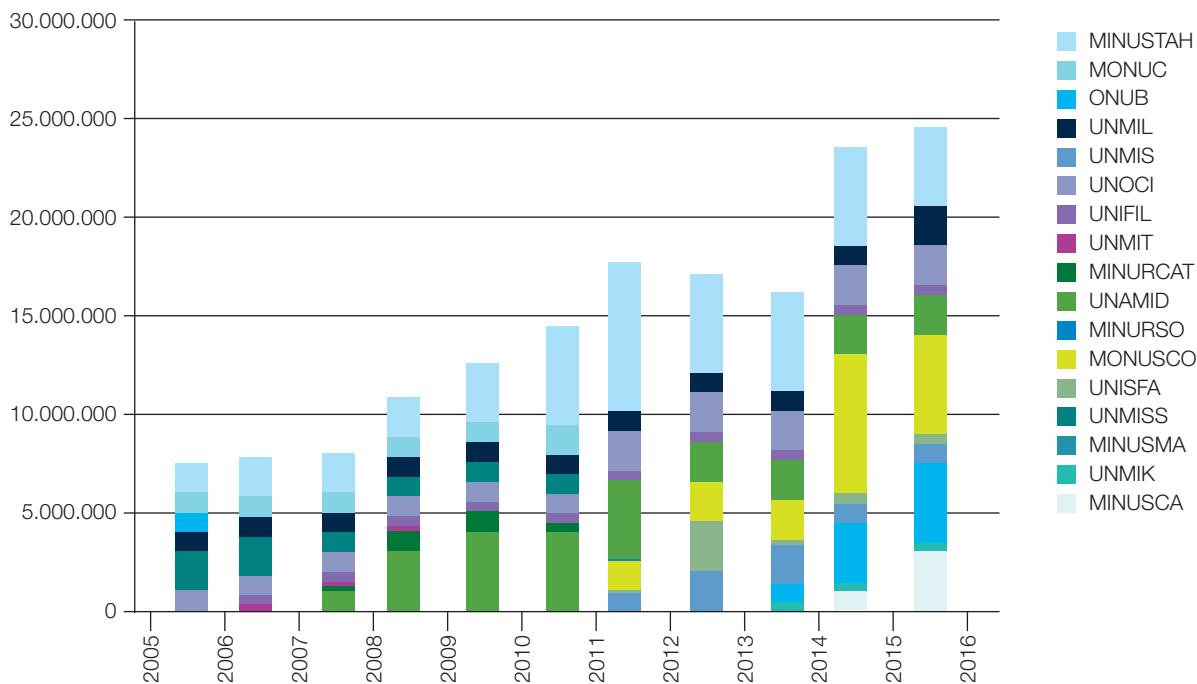
Gráfico 2: Distribuição do orçamento total dos QIPs nas missões da ONU (acumulados entre 2005/2006 e 2015/2016). Valores em US\$ e porcentagem do total disponível para QIPs em Nova York.



Fonte: original; Dados: ONU/AGNU 2005, 2007, 2008, 2009, 2009, 2010, 2012, 2012, 2014, 2015, 2016.

O Gráfico 3, abaixo, revela a evolução do orçamento para QIPs destinado a cada missão, por ano fiscal. Apesar da leve queda entre 2012 e 2013, o orçamento total volta a crescer em 2014.

Gráfico 3: Distribuição do orçamento para QIPs para cada missão da ONU, considerando o total disponível em NY para cada ano fiscal (entre 2005/2006 e 2015/2016).



Fonte: original; Dados: ONU/AGNU 2005, 2007, 2008, 2009, 2009, 2010, 2012, 2012, 2014, 2015, 2016.

Os dados acima evidenciam a posição de destaque da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. Essa missão, sozinha, recebeu mais de um quarto do valor total disponível para os QIPs. Tal fato não está exclusivamente relacionado ao terremoto que atingiu o Haiti em 2010, pois os números já eram relativamente altos nos anos que o antecederam. Deve-se também ao importante apoio político que países latino-americanos conferiram ao tema na sede da ONU, principalmente nos debates da 5ª Comissão da Assembleia Geral.⁷ Assim,

diante dessa situação de destaque, as próximas seções apresentarão diferentes facetas da implementação de QIPs no Haiti, com o apoio da MINUSTAH.

⁷ Para um exemplo recente, ver o resumo da reunião da 5ª Comissão de maio de 2015, na qual o representante do Equador, falando em nome da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), contesta os cortes no orçamento da MINUSTAH. Disponível em: www.un.org/press/en/2015/gaab4155.doc.htm.

2. Características e impactos dos QIPs no Haiti

As características básicas dos QIPs – rápidos, simples e baratos – fazem com que esse tipo de projeto fique limitado em essência, restringindo-os aos esforços de curto prazo de qualquer missão da ONU. No caso da MINUSTAH, ainda que a estabilização e a recuperação socioeconômica no longo prazo estejam entre suas prioridades, persiste a necessidade de esforços de curto prazo. A condição de miséria na qual vive a maioria dos haitianos, juntamente com a incidência periódica de epidemias e desastres naturais, entre outros desafios, torna constante a necessidade de ajuda imediata. Assim, embora não constituam grandes projetos, a contribuição dos QIPs é altamente significativa. O Secretário-Geral já ressaltou explicitamente a importância vital de QIPs na reabilitação de infraestrutura de emergência após a ocorrência de tempestades tropicais, por exemplo.⁸ Do mesmo modo, desde o terremoto de 2010 e o subsequente surto de cólera, houve uma grande demanda por trabalhos pequenos, porém essenciais, que foram incluídos no programa de projetos de impacto rápido, a exemplo da limpeza de vias públicas e da construção de latrinas.

Os QIPs também podem contribuir com a infraestrutura mínima de comunidades específicas, com atividades que promovem a capacitação de mão-de-obra local e a geração de renda, servindo como ponte entre a reabilitação e o desenvolvimento, como inicialmente concebido pelo ACNUR nos anos 1990.⁹

Outra importante característica dos QIPs é sua capacidade de promover a aceitação da população, pois é marcante a falta de confiança em instituições internacionais e em vários setores do governo. De acordo com o Secretário-Geral das Nações Unidas, a desconfiança nas instituições estatais afeta diretamente a credibilidade e a eficiência do Governo do Haiti.¹⁰ Dessa forma, desde 2006, o objetivo de também apoiar a credibilidade das instituições haitianas foi adicionado à estratégia de implementação de projetos de impacto rápido.¹¹ Por serem altamente visíveis e de impacto imediato sobre as comunidades consideradas, os QIPs influenciam direta e positivamente a credibilidade das instituições que os implementam. Além disso, a experiência no Haiti sugere que as pessoas em situação de vulnerabilidade se tornam mais cooperativas quando observam o resultado dos QIPs¹² e, nesse sentido, o ex-Secretário-Geral, Ban Ki-moon, se referia a esses projetos como provedores dos “dividendos da paz”.¹³

Como ferramenta adicional para o cumprimento de seu mandato, a MINUSTAH financia QIPs com o objetivo de “contribuir para a construção de um ambiente seguro e estável e incentivar a autodeterminação nacional e a confiança da população haitiana em relação à MINUSTAH”.¹⁴ Ainda que reconheça a limitada capacidade desses projetos de modificar substancialmente a situação do Haiti no longo prazo, a missão já afirmou que os QIPs atuam de maneira significativa na melhoria dos níveis de segurança e na criação de um ambiente mínimo para viabilizar mudanças concretas no país.¹⁵

8 ONU/DPKO-DFS, 2008.

9 ONU/ACNUR, 2004.

10 ONU/CSNU, 2005a.

11 ONU/CSNU, 2006.

12 Segundo Carmen Elena Echeverria, coordenadora de projetos de impacto rápido do Escritório de Assuntos Cívicos da MINUSTAH, em 2010 (apud Garbino, 2011).

13 ONU/CSNU, 2007, p. 14.

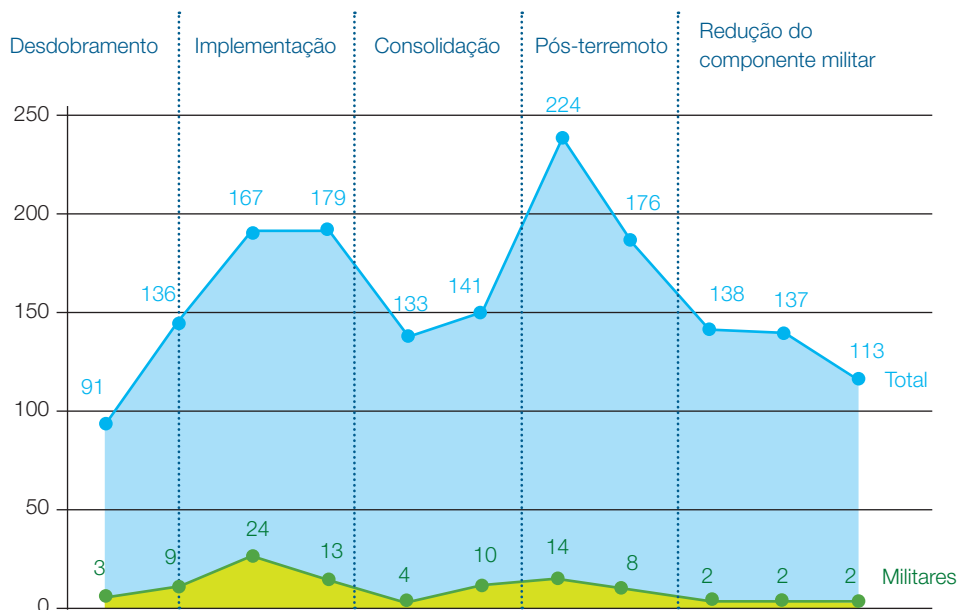
14 ONU/CSNU, 2015, p. 7.

15 ONU/DPKO, 2015, p. 7.

Entre julho de 2004 e setembro de 2015, mais de 1.600 projetos de impacto rápido foram financiados pela missão, com um orçamento de quase US\$ 42 milhões.¹⁶ O Gráfico 4, a seguir, representa a quantidade de projetos financiados por ano pela MINUSTAH.¹⁷ O período foi dividido em cinco fases, de acordo com a evolução da

missão no terreno: desdobramento (jun.2004-jun.2005); implementação (jun.2005-out.2007); consolidação (out.2007-jan.2010); pós-terremoto (jan.2010-out.2011) e redução do componente militar (out.2011-presente).¹⁸

Gráfico 4: A implementação de QIPs durante as diferentes fases da MINUSTAH (2004-2015)



Fonte: original; Dados: Cassini, 2015.

O gráfico evidencia que a etapa inicial da missão contou com um crescente número de projetos financiados pela MINUSTAH. Tal estratégia segue a recomendação do Relatório Brahimi, como já mencionado, segundo a qual os QIPs devem ser implementados logo no início da missão, com o intuito de fomentar credibilidade e confiança.

Houve aumento gradual do número de QIPs na fase da implementação do mandato, caracterizado por uma postura mais ofensiva do componente militar em relação a grupos armados, especialmente na área metropolitana de

Porto Príncipe. Essa fase também coincide com o pico dos projetos implementados por militares.

Na fase de consolidação, houve uma redução geral no financiamento de QIPs, acompanhando a expectativa internacional do que seria o término da missão, para voltar a aumentar depois do terremoto de janeiro de 2010 e do surto de cólera no mesmo ano. Na fase do pós-terremoto, os projetos receberam financiamento adicional e foram adaptados para atender às novas demandas. O orçamento máximo por projeto passou de US\$ 30 mil para US\$ 100 mil e o prazo de implementação, de três para seis meses.¹⁹

¹⁶ Cassini, 2015.

¹⁷ Até setembro de 2015.

¹⁸ Cavalcanti, 2014.

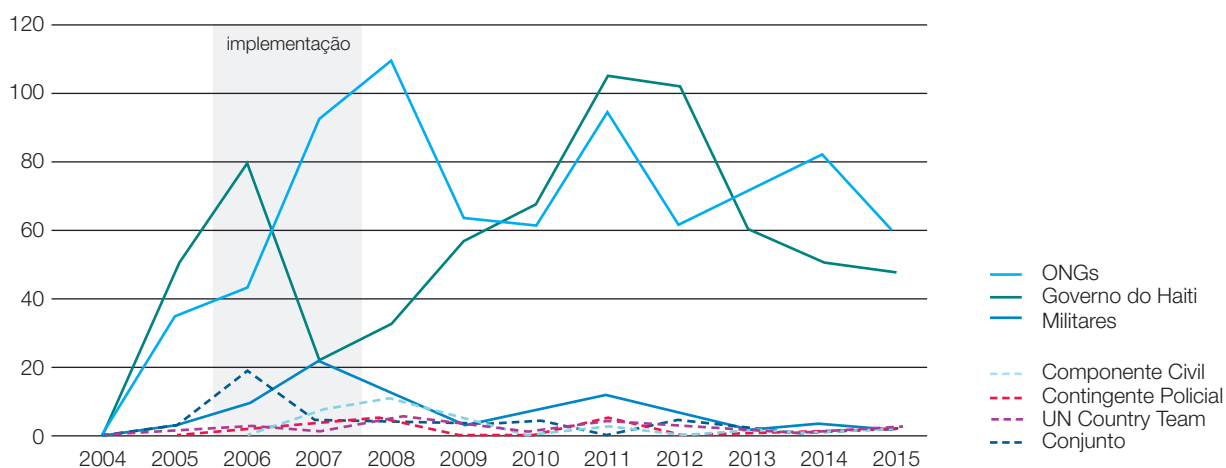
¹⁹ Garbino, 2011. Cabe destacar que, via de regra, os QIPs não podem ultrapassar o valor de US\$ 50 mil. A MINUSTAH, porém, recebeu autorização da ONU para aprovar QIPs de até US\$ 100 mil, desde que se destinem a atividades prioritárias e de maior impacto. Tal autorização deve ser renovada anualmente, conforme as diretrizes do DPKO/DFS.

Atualmente, a MINUSTAH passa pela fase de redução do componente militar, com diminuição acentuada do efetivo de militares e uma provável retirada completa das tropas em um futuro próximo. Nessa fase, observa-se a redução da implementação de QIPs por todos os atores envolvidos.

A análise do volume total de QIPs financiados pela MINUSTAH indica que o principal executor dos projetos foi o governo do Haiti, que obteve

um investimento de aproximadamente 20 milhões de dólares entre 2004 e 2015. Isso está alinhado com as diretrizes do DPKO/DFS, que estimulam iniciativas nacionais.²⁰ No Gráfico 5, evidencia-se, porém, certo distanciamento do governo haitiano na fase de implementação, quando a MINUSTAH adotou uma postura mais agressiva no combate aos grupos armados.

Gráfico 5: Evolução da implementação de QIPs, no Haiti, por diferentes atores (2004-2015)



Fonte: original; Dados: Cassini, 2015.

Observa-se que a participação do componente militar parece bastante reduzida. No entanto, o componente militar é o braço da ONU que mais implementou QIPs financiados pela MINUSTAH. Os militares ficam em posição de destaque não só quando comparados com os componentes civil e policial da missão, mas também com relação a todas as agências, programas e fundos onusianos que atuaram no Haiti no mesmo período.

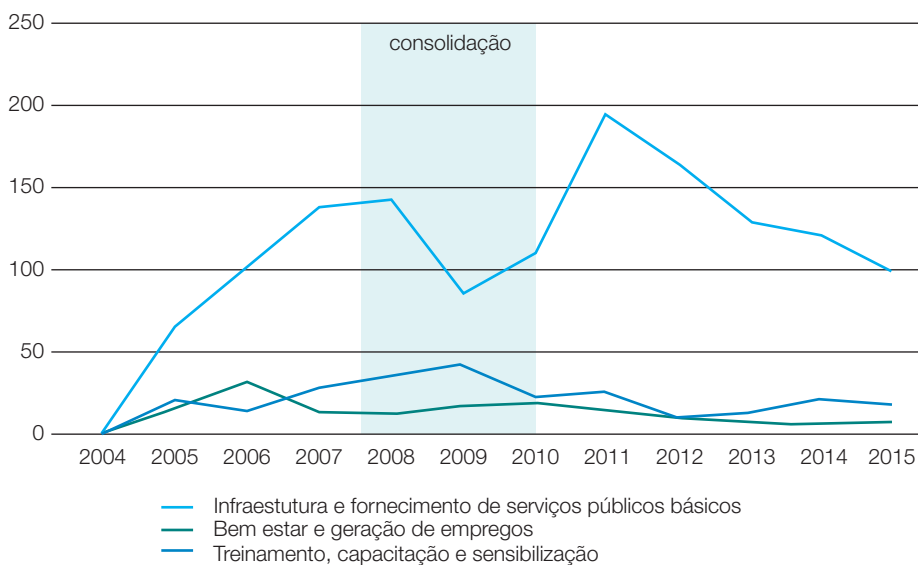
No que se refere às áreas temáticas mais recorrentes, mais de três quartos dos QIPs consistiam em projetos de infraestrutura

limitada, com o objetivo de prover serviços públicos básicos, como a reabilitação de escolas e de postos de saúde. A segunda categoria de projetos mais implementada (cerca de 12%) focava em treinamento, capacitação e sensibilização.²¹ Observando o financiamento dos projetos ao longo dos anos (Gráfico 6), pode-se verificar que os projetos de infraestrutura e o fornecimento de serviços públicos básicos constituem a espinha dorsal da estratégia de implementação de projetos de impacto rápido no Haiti.

²⁰ ONU/DPKO-DFS, 2009.

²¹ Atividades voltadas à conscientização e mobilização de comunidades acerca de temas de interesse público, como educação, segurança, saúde, entre outros.

Gráfico 6: Implementação dos QIPs no Haiti a partir das áreas-temáticas (2004-2015)



Fonte: original; Dados: Cassini, 2015.

O gráfico acima destaca a fase de consolidação da missão, quando houve um grande número de projetos voltados ao treinamento e capacitação, coincidindo com uma diminuição dos projetos de infraestrutura. Essa tendência se mantém na fase atual, de redução do componente militar. Embora não sejam conclusivos, esses dados indicam a estratégia geral da MINUSTAH de transferir para o país anfitrião os esforços de estabilização do Haiti, buscando capacitar atores locais e diminuir a dependência da população e governo local nos recursos da missão, conforme diretrizes de promoção da autodeterminação nacional.

3. O papel do componente militar

O componente militar da MINUSTAH implementou 91 projetos de impacto rápido desde 2004, com um orçamento de US\$ 1.8 milhão.²² Na atual fase de redução da missão, a diretriz do *Force Commander* para os contingentes militares é a de finalizar os QIPs em andamento e não solicitar nenhum projeto adicional.²³ Os QIPs não foram concebidos para serem executados por militares. No entanto, a implementação de QIPs pelo componente militar da MINUSTAH mostrou-se eficiente por uma série de motivos, em que se destacam a coleta de informações, aceitação das

²² Katzfey, 2015.

²³ Garbino, 2015.

tropas e maior a segurança das operações, por exemplo. Isso facilita de maneira significativa o cumprimento do mandato da missão.

Com efeito, os projetos de impacto rápido podem ser implementados com fins múltiplos, muitas vezes funcionando como facilitadores de operações militares, sem deixar de atender às necessidades das comunidades. Um projeto de limpeza de ruas pode ter como consequências, por exemplo, a geração de empregos de curto prazo e a maior aceitação da tropa pela população local, além de liberar aquela via para o trânsito de veículos (inclusive militares). Em determinadas situações, projetos de iluminação urbana implementados em Porto Príncipe apoiaram patrulhas noturnas com iluminação constante e promoveram diretamente a segurança pública através da redução da criminalidade durante a noite.²⁴ Assim, nos últimos anos, mais projetos foram implementados em apoio direto a temas como boa governança e fortalecimento do Estado de Direito e da segurança pública. Esse apoio normalmente ocorre por meio da construção, reabilitação ou fornecimento de equipamentos para edifícios públicos, incluindo delegacias e tribunais.²⁵

No médio e longo prazos, como ganhos mais periféricos, observa-se que a mera presença de militares desarmados²⁶ executando projetos em benefício da população local transmite a percepção de segurança e confiança.²⁷ Além disso, esses projetos, especialmente os voltados para capacitação técnico-profissional e com uso extensivo de mão de obra local, acabam por oferecer uma alternativa à criminalidade para comunidades afetadas pela violência.²⁸

Normalmente implementados em áreas densamente povoadas, atraindo um grande número de observadores, os QIPs funcionam como consideráveis vetores de informação. Assim, os militares responsáveis pela implementação desses projetos devem ser preparados quanto à obtenção de informações, se necessário incorporando elementos de inteligência às equipes, especialmente para obtenção de dados. Além disso, essas atividades também podem ser aproveitadas no engajamento psicológico da população.²⁹ Requer-se cautela, porém, na manipulação desses dados já que, muitas vezes, são apenas boatos, comentários infundados ou falsos relatos, produzidos em troca de algum tipo de benefício. Se não forem submetidos a um processo técnico de análise, pode-se chegar a conclusões equivocadas.³⁰

É importante enfatizar que os QIPs não devem ser interpretados como atividade de inteligência militar, pois a mera suspeita do conceito de inteligência – normalmente relacionado a ações secretas e espionagem – pode prejudicar o processo de construção da confiança.³¹ A obtenção de informações é um procedimento comum em todas as atividades militares, como patrulhas e reconhecimentos. Os projetos de impacto rápido não devem ser implementados com o único ou principal objetivo de obter informações.

Outro resultado desejável da implementação de QIPs por militares é o de elevar o moral das tropas. A implementação de um projeto junto à comunidade representa uma oportunidade para sair da base militar e interagir com a população

24 Garbino, 2011.

25 ONU/DPKO, 2015.

26 A constatação dessa percepção chegou a ser normatizada pelo componente militar da MINUSTAH na implementação da soft cap approach, ou seja, a utilização do “boné” no lugar do “capacete”. Esta norma define que, durante a execução de atividades sociais ou projetos comunitários, as tropas em contato direto com a população não devem portar armamento nem equipamento de proteção individual, como capacete e colete balístico. (<http://MINUSTAH.unmissions.org/>)

27 Garbino, 2011.

28 ONU/CSNU, 2007.

29 Também chamadas de “operações psicológicas”, “operações de influência” ou “operações de apoio à informação”, tais ações podem ser definidas como “procedimentos técnico-especializados, aplicáveis de forma sistematizada, de modo a influenciar [um público-alvo] a manifestar comportamentos desejáveis, com o intuito final de apoiar a conquista dos objetivos estabelecidos”. Ver: Brasil, 2014, p. 29.

30 Garbino, 2011.

31 ONU/DPKO-DFS, 2014.

local de uma maneira mais construtiva.³² O efeito dos projetos de impacto rápido também atinge doadores internacionais, funcionando como um “painel” das atividades da missão e garantindo que seus investimentos sejam facilmente observados em resultados concretos. Esse efeito pode ser observado no relatório emitido pelo Conselho de Segurança, em 2005: “[...] a generosidade dos doadores terá de encontrar expressão concreta no terreno, através de projetos de trabalho intensivo que possam ajudar a restaurar a confiança pública no processo de construção da paz”.³³

Para que produzam efeitos imediatos e visíveis, os QIPs financiados pela MINUSTAH devem ser implementados em no máximo seis meses, depois de aprovados.³⁴ Entretanto, para os militares, que normalmente permanecem na missão por períodos de seis ou doze meses, os projetos não são rápidos o suficiente. O processo de seleção e aprovação de um projeto pode chegar a até um ano, de maneira que raramente um mesmo contingente nacional é capaz de propor um projeto de impacto rápido e implementá-lo durante o período de desdobramento, prejudicando, assim, uma implementação oportuna e eficiente do projeto. Se se considerar o ambiente volátil em que está inserida a MINUSTAH, o contexto tático presente quando o projeto foi submetido à aprovação pode ser completamente diferente quando ele é finalmente aprovado.³⁵ Oficiais de coordenação civil-militar muitas vezes descrevem esse atraso como o principal obstáculo para a implementação QIPs pelos militares. Por esse motivo, alguns comandantes de unidades têm expressamente optado por não implementar QIPs durante o seu período de desdobramento no Haiti.³⁶

Apesar do envolvimento com os QIPs, o componente militar não é o ator mais capacitado nem o mais indicado para prestar ajuda humanitária e apoio ao desenvolvimento.³⁷ O emprego da força militar nesse tipo de ação pode comprometer os princípios humanitários de independência, imparcialidade e neutralidade, além de confundir a identidade do agente humanitário perante as partes de um conflito.³⁸ Essa abordagem geralmente reforça, no longo prazo, a dependência dos locais nos militares, o que pode se transformar em descontentamento geral quando as tropas já não forem mais capazes de oferecer os mesmos serviços.³⁹ Assim, as chamadas “ações de sensibilização”, implementadas em grande número pelos contingentes nacionais (normalmente de forma unilateral e sem fiscalização do componente civil) por vezes encaixam-se neste perfil e podem causar efeitos indesejáveis na população e nos demais atores humanitários.



Criança haitiana observa militar brasileiro em escola reabilitada por projeto de impacto rápido na capital do Haiti. Na inauguração do projeto, os militares brasileiros prestaram apoio médico para a população local. Foto: ONU/Logan Abassi (2005)

32 Idem.

33 ONU/CSNU, 2005b, p. 13.

34 ONU/DPKO-DFS, 2015.

35 Garbino, 2011.

36 Cerqueira, 2014.

37 ONU/DPKO, 2008; ONU/DPKO-DFS, 2010; ONU/DPKO-DFS, 2013 e ONU/DPKO-DFS, 2014.

38 UK/DFID, 2006.

39 ONU/DPKO-DFS, 2014.

A implementação de projetos de impacto rápido, porém, difere substancialmente dessa abordagem. Em primeiro lugar, tropas não costumam implementar QIPs diretamente, mas sim por meio de atores locais. Tampouco devem ser executados como ajuda humanitária, mas como projetos sustentáveis e não recorrentes, visando à promoção de iniciativas nacionais e a capacitação local. Finalmente, ainda que a ideia seja oriunda do componente militar, os QIPs são selecionados, aprovados, monitorados e avaliados pelo escritório de Assuntos Civis da missão e, nesse sentido, são incluídos no esforço geral do componente civil.⁴⁰

Em suma, pela perspectiva militar, os QIPs são projetos simples e necessários, que aumentam a visibilidade da força e a aceitação da população local. Esses e outros ganhos facilitam a implementação do mandato do componente militar. Além disso, QIPs aproveitam um potencial latente das tropas e alocam uma tarefa construtiva adicional para os militares em apoio ao esforço civil da missão, com benefícios secundários para a situação geral de segurança.⁴¹

4. O engajamento do Brasil

O contingente brasileiro foi o primeiro do componente militar da MINUSTAH a aceitar o desafio de, em meados de 2005, propor um QIP para a liderança da missão. Além disso, no cômputo geral, o Brasil foi o país que mais participou da implementação de QIPs no Haiti, tanto em relação ao número de projetos aprovados, como em relação ao volume financeiro movimentado. Entre 2005/2006 e 2014/2015, o contingente brasileiro implementou 38 projetos, a

maioria na região metropolitana de Porto Príncipe. Isso corresponde a 43% do que foi executado por todo o componente militar da MINUSTAH em 11 anos. Em termos orçamentários, os QIPs implementados com apoio dos brasileiros custaram cerca de US\$ 600 mil (em média, US\$ 15 mil por projeto), representando quase 40% do valor dos projetos implementados pelo componente militar e menos de 2% de todos os QIPs financiados pela missão.⁴² Foram projetos com ênfase nos seguintes temas: (1) restauração de escolas, prisões, unidades de polícia e espaço públicos; (2) apoio a clubes de futebol; (3) limpeza de rua e coleta de lixo; (4) construção de mercados; e (5) melhores condições de acesso à água potável.

Em 2006, o sucesso das primeiras atividades no terreno fez com que diplomatas da Missão do Brasil junto às Nações Unidas passassem a promover os QIPs em Nova York. Os projetos pareciam reforçar, em pequena escala, alguns dos valores mais caros à política externa brasileira para a paz e a segurança internacional, como o multilateralismo, a apropriação nacional (*local ownership*) e a interdependência entre segurança e desenvolvimento.

No Conselho de Segurança, a defesa da ideia por parte do Brasil, então membro não permanente, conferiu à MINUSTAH o *status* de ser a única operação de manutenção da paz com mandato explícito para a implementação de QIPs.⁴³ No âmbito da Assembleia Geral, principalmente nos debates do C-34⁴⁴ e da 5ª Comissão, a posição brasileira de fortalecer os QIPs estava inicialmente limitada à MINUSTAH mas, com o tempo, passou a promover os QIPs também em outras missões, como na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e na Missão das Nações Unidas

40 Garbino, 2015.

41 ONU/AGNU, 2004 e ONU/DPKO-DFS, 2014.

42 Garbino, 2015.

43 Uziel, 2015.

44 Trata-se do comitê da Assembleia Geral da ONU criado em 1965 para debater questões relacionadas às operações de manutenção da paz.

no Sudão (UNMIS).⁴⁵ Nesse foro, o Brasil também contou com o importante apoio de outros países em desenvolvimento, primeiro da América Latina e, em seguida, da África.⁴⁶

Apesar da baixa contribuição financeira que o Brasil faz ao orçamento das operações de manutenção da paz da ONU, e apesar de não ter outra experiência com QIPs para ser comparada ao sucesso no Haiti, o Brasil tem sido tratado pela ONU como um “champion” dos QIPs.⁴⁷ Isso se deve a pelo menos três fatores: (1) as rubricas para os QIPs não são muito significativas, de modo que a baixa contribuição financeira do Brasil não enfraquece os esforços políticos dos diplomatas brasileiros; (2) o país ganhou méritos devido à liderança militar do Brasil na MINUSTAH, onde foi possível mesclar atividades de segurança com atividades de desenvolvimento sobretudo na fase da pacificação de bairros violentos de Porto Príncipe (2005-2007); e (3) o Brasil tem apoiado de maneira efetiva, inclusive com troca de informações, as decisões do Secretariado no âmbito do C-34, o que permite receber informações privilegiadas que servem como subsídios para a sua argumentação e para a construção de suas posições.⁴⁸

Faltam, porém, parâmetros para o monitoramento e a avaliação da eficiência e da eficácia dos projetos implementados pelo Brasil (e pelos demais atores) e, nesse sentido, parece prematuro afirmar que o país seja realmente um *champion*, como sugerem alguns representantes do Secretariado da ONU. De qualquer maneira, não se pode negar que, dentro do universo dos QIPs, sobretudo na MINUSTAH, o Brasil tem de fato uma posição de destaque, como deixam evidentes os dados levantados pela pesquisa.

Vale ainda mencionar que o engajamento dos diplomatas brasileiros aos QIPs está baseado no entendimento de que esses projetos são um importante elo entre as operações de manutenção da paz e a promoção do desenvolvimento sustentável.⁴⁹ Nesse sentido, os QIPs precisam necessariamente ser implementados em baixa escala de produção e com a participação da população local, e não podem substituir os esforços voltados para o efetivo desenvolvimento socioeconômico.⁵⁰

5. A difícil avaliação dos impactos

O número de QIPs implementados por missões da ONU aumentou bastante nos últimos 20 anos, mas não avançou no mesmo ritmo a preocupação com a avaliação de seus impactos. Quase não há análises empíricas dos resultados e, quando há, são superficiais ou estão baseadas em indicadores pouco precisos, o que dificulta ou mesmo impede a sua avaliação. Em muitos casos, faltam mecanismos que possibilitariam a medição do impacto ou são inexistentes estratégias de longo prazo que efetivamente integrariam os QIPs aos objetivos da ONU ou aos objetivos de desenvolvimento do governo anfitrião.⁵¹

Os QIPs implementados com o apoio da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), por exemplo, foram alvo de controvérsia. Embora fizessem parte da estratégia de estabilização, em 2005, eram tratados como “projetos humanitários”, mesmo quando implementados pelo braço militar da missão, a despeito da falta de experiência humanitária desse grupo

45 Em junho de 2006, por exemplo, o representante do Brasil na 5ª Comissão defendeu explicitamente “[the] effective implementation of quick impact projects as they helped to create jobs and improve the overall social conditions of the population”. Ver www.un.org/press/en/2006/gaab3741.doc.htm.

46 Duarte, 2009. Informação confirmada em entrevista com diplomata brasileiro (Brasília, set. 2015).

47 Entrevista com diplomata brasileiro (Brasília, set. 2015).

48 Idem.

49 Uziel, 2015.

50 Duarte, 2009.

para realizar tal atividade.⁵² Além disso, também eram percebidos como uma série de esforços desnecessários, uma vez que, na Libéria, já atuavam diversas organizações não-governamentais e agências de desenvolvimento, fazendo com que os QIPs duplicassem o trabalho já realizado ou não tivessem tanta visibilidade. Mais recentemente, já em 2014, um grupo independente, contratado pela UNMIL, demonstrou que os QIPs obtiveram grande sucesso em restaurar a autoridade e a capacidade das comunidades locais.⁵³

Na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, as poucas avaliações existentes também trazem resultados mistos. Parte dos analistas defende que os QIPs apoiados pela missão têm impactos indiretos, pois facilitam a realização de atividades de longo prazo na medida em que proporcionam uma base mínima de infraestrutura para a população e garantem alguma segurança para os agentes (civis e militares) que prestam apoio ao desenvolvimento.⁵⁴ Outros analistas, porém, identificam uma série de desafios que dificultam ou mesmo impedem a avaliação efetiva do impacto. Em termos metodológicos, apontam que não há indicadores nem antes nem depois das intervenções,⁵⁵ o que poderia ser superado por meio do contato direto com líderes locais no momento do planejamento dos projetos, para identificar as prioridades, e também no final da execução, para avaliar o resultado.⁵⁶ Em termos estratégicos, os projetos de impacto rápido são supervisionados de forma variada, a depender de quem é o parceiro na implementação.⁵⁷ Além disso, eles não parecem estar conectados uns com os outros, ou seja, não são percebidos

como parte de um portfólio integrado de ações que têm um objetivo comum.⁵⁸ Dessa forma, é recomendado que os resultados sejam avaliados não só compreendendo os QIPs em sua individualidade, mas também entendendo-os como parte de um conjunto maior de ações que visam aumentar a credibilidade do processo de paz ou do mandato da missão.

Apesar dos desafios, as poucas pesquisas sobre projetos de impacto rápido afirmam que embora essa atividade ainda precise amadurecer as estratégias de monitoramento e avaliação, os QIPs têm potencial para efetivamente contribuir, de forma positiva, para a mudança social.⁵⁹

Conclusão e recomendações

A atual importância atribuída aos projetos de impacto rápido – observada no crescente número de recomendações do Conselho de Segurança e no aumento gradativo de seu orçamento pela Assembleia Geral – refletem ganhos reais para as missões da ONU e para seus principais beneficiários.

Implementados principalmente por parceiros locais, os QIPs têm como objetivos estratégicos a construção de confiança no processo de paz, a aceitação das tarefas do mandato e a geração de apoio adicional para a missão. A experiência do contingente brasileiro na MINUSTAH sugere que ganhos táticos também podem ser obtidos pela implementação de QIPs por militares. Entre esses ganhos, pode-se destacar o aumento

51 Kolbe et al., 2012; Garbino, 2011; Baker 2007.

52 Sida e Szpak, 2005.

53 Lepin, 2015.

54 Garbino, 2011.

55 Kolbe et al., 2012.

56 Lepin, 2015.

57 Lepin, 2015; Kolbe et al., 2012.

58 Idem.

59 Kolbe et al., 2012.

da credibilidade e da aceitação da tropa pela população, a melhora na segurança e na obtenção de informações, a reabilitação de infraestrutura mínima em apoio às operações militares e a capacitação e geração de renda para mão de obra local, oferecendo uma alternativa à criminalidade e demonstrando os benefícios do processo de paz. Os QIPs, dessa forma, atuam ao mesmo tempo como ferramenta adicional do processo de estabilização e como ponte para o desenvolvimento a longo prazo. Além disso, a implementação de QIPs atribui ao componente militar uma tarefa construtiva suplementar, contribuindo também para elevar o moral da tropa.

Os sucessos obtidos até o momento com a implementação dos projetos de impacto rápido, no entanto, não devem ser considerados como absolutos por pelo menos duas razões. Primeiro, para ganhar ainda mais legitimidade, seria fundamental comparar a experiência do Brasil na MINUSTAH com o trabalho de outras tropas na mesma missão, ou com a experiência do Brasil em outras missões, mas nada disso foi feito. Segundo, não há um processo de monitoramento e avaliação a longo prazo dos projetos implementados e, dessa forma, não se pode verificar as reais consequências da interação civil-militar decorrente da implementação de QIPs. Assim, para manter a eficácia dos QIPs implementados pelo componente militar na MINUSTAH ou em qualquer outra missão, é fundamental selecionar pessoal capacitado em coordenação civil-militar, gestão de projetos e com consciência cultural, bem como reforçar o preparo pré-desdobramento nestas e outras capacidades.

Vale ainda destacar que o engajamento com os QIPs representa um grande avanço em relação à normatização das atividades de assistência civil realizadas por militares, podendo ser ampliado pela missão para as demais ações de sensibilização. Entretanto, o demorado processo de aprovação e liberação de recursos pode muitas vezes inviabilizar a implementação dos QIPs por contingentes militares. Portanto,

a liderança da missão deve considerar a simplificação dos procedimentos burocráticos, aproveitando a oportunidade de incorporar integralmente os militares na estratégia de implementação de QIPs.

Por fim, e com base principalmente na experiência brasileira na MINUSTAH, verificou-se que a diplomacia deste país promove há alguns anos, junto às Nações Unidas, a implementação de QIPs também em outras missões. Legitimados pelos resultados práticos obtidos no terreno, os diplomatas puderam fortalecer a posição relativa do Brasil no âmbito da paz e da segurança internacional, fomentando uma prática que reforça valores caros à sua política externa, como o multilateralismo, a apropriação nacional (*local ownership*) e a interdependência entre segurança e desenvolvimento. O país angariou o apoio de outros Estados-Membros da ONU, especialmente da América Latina e da África, e hoje é visto por muitos como *champion* também para assuntos relacionados a QIPs. Nesse sentido, a diplomacia brasileira deve continuar a valorizar a contribuição humana prestada às operações de manutenção da paz, o que ajuda a compensar a baixa contribuição financeira do Brasil aos órgãos e agências da ONU voltados à paz e segurança internacional. E, no momento em que se avizinha o fim da MINUSTAH, torna-se fundamental que o apoio aos QIPs por parte do Brasil e seus aliados se mantenha dissociado de uma missão específica e ocorra não só apenas C34- e na 5ª Comissão mas também no próprio Conselho de Segurança.

Referências

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ONU/ACNUR) (2004). *Quick Impact Projects (QIP): Provisional Guide*.

Genebra, ACNUR. Disponível em: <www.unhcr.org/41174ce94.pdf>.

Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU/AGNU) (2004). “A/59/417: Proposed revised budget for the period from 1 July 2004 to 30 June 2005 of the United Nations Mission in Sierra Leone”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2005). “A/C.5/59/34: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2005 to 30 June 2006”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2007). “A/C.5/61/18: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2006 to 30 June 2007”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2008). “A/C.5/62/23: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2007 to 30 June 2008”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2009). “A/C.5/63/23: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2008 to 30 June 2009”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2009). “A/C.5/63/26*”: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2009 to 30 June 2010”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2010). “A/C.5/64/19: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2010 to 30 June 2011”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2012). “A/C.5/66/14: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2011 to 30 June 2012”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2012). “A/C.5/66/18: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2012 to 30 June 2013”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2014). “A/C.5/68/21: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2013 to 30 June 2014”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2015). “A/C.5/69/17: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2014 to 30 June 2015”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

_____ (2016). “A/C.5/70/21: Approved resources for peacekeeping operations for the period from 1 July 2015 to 30 June 2016”. *Relatório do Comitê Assessor sobre Questões Administrativas e Orçamentárias*. Nova York, AGNU.

BAKER, J. (2007). *Quick impact projects: towards a ‘whole of government’ approach*. Paterson Review, Ottawa, Canada, v. 8.

CASSINI, J. (2015). Chefe da Unidade de Projetos de Impacto Rápido do Escritório de Assuntos Cíveis da MINUSTAH. Entrevista concedida aos autores. Set. 2015.

CAVALCANTI, C. A. M. (2014). *Os 10 anos de MINUSTAH e o CCOPAB*. Rio de Janeiro, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

CERQUEIRA, B. S. (2014). “Coordenação civil-militar na fase de transição de operações de paz multidimensionais: a experiência do BRABAT 18 no Haiti”. *Military Review*, tomo 69, n. 4, p. 14-27.

Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU/CSNU) (2005a). S/2005/313. *Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti*. Nova York, CSNU.

_____ (2005b). S/2005/631. *Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti*. Nova York, CSNU.

_____ (2006). S/2006/60. *Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti*. Nova York, CSNU.

_____ (2007). S/2007/503. *Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti*. Nova York, CSNU.

_____ (2008). S/2008/202. *Relatório do Secretário-Geral sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti*. Nova York, CSNU.

_____ (2015). S/RES/2243. Adotado pelo Conselho de Segurança em sua 7534ª reunião, em 14 de outubro de 2015. Nova York, CSNU.

DE CONING, C. (2007). “Civil-Military Coordination in United Nations and African Peace Operations”. *The African Centre for the Constructive Resolution of Disputes (ACCORD)*. Disponível em: <www.peaceportal.org/documents/130617663/130620263/Civil+Military+coordination+in+united+nations+and+african+peace+operations.pdf/e9550ac1-9702-479e-8fae-c4155435500d>.

DUARTE, C. (2009). “Civilian-Military Cooperation in Haiti – Challenges, Responses and Perspectives”. In: HAMANN, E. (org.) *Revisiting Borders between civilians and military: security and development in peace operations and post-conflict situations*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer. Disponível em: <www.kas.de/wf/doc/kas_19660-1522-1-30.pdf?110113155127>.

Departamento de Operações de Manutenção da Paz (ONU/DPKO) (2015). *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti - Projets QIP*. Disponível em: <<http://MINUSTAH.unmissions.org/projets-qip>>.

Departamento de Operações de Manutenção da Paz e Departamento de Apoio ao Terreno (ONU/DPKO-DFS) (2008). *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. Nova York, DPKO/DFS.

_____ (2009). *DPKO/DFS Guidelines: Quick Impact Projects (QIPs)*. Nova York, DPKO-DFS.

_____ (2010). *Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC)*. Nova York, DPKO-DFS.

_____ (2013). *Policy Directive: Quick Impact Projects (QIPs)*. Nova York, DPKO/DFS.

_____ (2014). *United Nations Civil-Military Coordination Specialized Training Materials (UN-CIMIC STM)*. Nova York, DPKO/DFS.

_____ (2015). *United Nations Stabilization Mission in Haiti – Quick-Impact Projects (QIPs): Guidelines for the current fiscal year: 2015-2016*. Porto Príncipe.

GARBINO, H. S. T (2011). “Projetos de impacto rápido: credibilidade, segurança, inteligência e desenvolvimento”. *Portal de Educação*. Disponível em: <www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo9712.pdf>

_____ (2015). “Quick impact projects: the experience of MINUSTAH’s military component”. *CCOPAB and peace operations: perspectives, reflections and lessons learned*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 83-111.

Departamento para Desenvolvimento Internacional (UK/DFID) (2006). *Quick Impact Projects: a handbook for the military*. Londres, DFID.

KATZFEY, P. J. (2015). Major do Exército dos EUA e vice-chefe da Seção de Coordenação Civil-Militar do Componente Militar da MINUSTAH. Entrevista concedida aos autores. Ago. 2015.

KOLBE, A.; MUGGAH, R.; CAMPBELL, J. (2012). *Assessing the MINUSTAH Community Violence Reduction (CVR) Program*. Análise solicitada pelo CVR/MINUSTAH. Rio de Janeiro, Instituto Igarapé.

LEPIN, M. (2015). *UN Quick Impact Projects: a stepping stone for United Nations Missions effectiveness through the creation of a confidence building system*. Nova York: CUNY.

Secretariado Geral das Nações Unidas (ONU/SGNU) (2000). *Relatório do Painel sobre Operações de Paz da ONU - “Relatório Brahimi”*. (A/55/305-S/2000/809). Nova York, SGNU. Disponível em: <www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/55/305>.

SIDA, L. e SZPAK, C. (2005). *An Evaluation of Humanitarian Information Centers: including case studies of HICs for Iraq, Afghanistan, and Liberia*. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/877A79BCEBE69754C1256F5F00331FA3-Evaluation_HIC_USAID_Aug_2004.pdf>.

UZIEL, E. (2015). *O Conselho de Segurança, as Missões de Paz e o Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas*. Brasília, FUNAG. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1111_O_Conselho_Seg_Missoes_Paz_Brasil_Mec_Seg_Coletiva_Nacoes_Unidas_%2016_03_2015.pdf.

Outras publicações do Instituto Igarapé

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

ARTIGO ESTRATÉGICO 23

Controlando el territorio y construyendo seguridad y justicia en el posconflicto colombiano. Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana
(Dezembro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 22

Durões contra os fracos; fracos frente aos durões: as leis de drogas e a prática da ação policial
Juan Carlos Garzón Vergara
(Outubro de 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 21

Infância e Segurança: um estudo sobre a percepção da violência por crianças e adolescentes do Complexo do Muquiço, Rio de Janeiro
Renata A. Giannini, Maiara Folly, Victor Ladeira, Andressa Werneck e Renata Siqueira
(Julho de 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 20

Making Cities Safer: Citizen Security Innovations from Latin America
Robert Muggah, Ilona Szabo de Carvalho, Nathalie Alvarado, Lina Marmolejo e Ruddy Wang
(Junho de 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 19

Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas
Renata A. Giannini
(Março de 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 18

“When Kids Call the Shots” Children’s perceptions on violence in Recife, Brazil, as per the ‘Child Security Index’
Helen Moestue, Katherine Aguirre e Renata A. Giannini
(Dezembro de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 17

Where is Latin America? Reflections on Peace, Security, Justice and Governance in the Post-2015 Sustainable Development Agenda
Renata A. Giannini
(Outubro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 16

Políticas de Drogas no Brasil: A Mudança já Começou
Ilona Szabó de Carvalho e Ana Paula Pellegrino
(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 15

Nuevos retos y nuevas concepciones de la seguridad en México
Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana
(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 14

A ‘Third Umpire’ for Policing in South Africa – Applying Body Cameras in the Western Cape
David Bruce e Sean Tait
(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 13

Brazil and Haiti: Reflections on 10 Years of Peacekeeping and the Future of Post-2016 Cooperation

Eduarda Passarelli Hamann (org.)
(Janeiro de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 12

Measurement Matters: Designing New Metrics for a Drug Policy that Works

Robert Muggah, Katherine Aguirre e Ilona Szabó de Carvalho
(Janeiro de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 11

Desconstruindo a segurança cibernética no Brasil: ameaças e respostas

Gustavo Diniz, Robert Muggah e Misha Glenny
(Dezembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 10

Expansão Digital: como as novas tecnologias podem prevenir a violência contra crianças nos países do hemisfério sul

Helen Mostue e Robert Muggah
(Novembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 9

Promover Gênero e Consolidar a Paz: A Experiência Brasileira

Renata A. Giannini
(Setembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 8

Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras: Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã

Michele dos Ramos, Robert Muggah, José Luiz Rattón, Clarissa Galvão, Michelle Fernandez, Claudio Beato, Andréa Maria Silveira, Melina Ingrid Risso e Robson Rodrigues.
(Julho de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 7

Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America

Robert Muggah e Ilona Szabó de Carvalho
(Março de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 6

Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias

Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Janeiro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 5

Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional

Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Outubro de 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 4

To Save Succeeding Generations: UN Security Council Reform and the Protection of Civilians

Conor Foley
(Agosto 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 3

Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann
(Janeiro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 2

A Fine Balance: Mapping Cyber (in)security in Latin America

Gustavo Diniz e Robert Muggah
(Junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1

Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2012)

NOTAS ESTRATÉGICAS

NOTA ESTRATÉGICA 25 - The Future of United Nations Peacekeeping Operations from a Brazilian Perspective (implementing the HIPPO report)

Eduarda Hamann e Adriana Erthal Abdenur
(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 24 - Em Busca da Igualdade de Gênero: boas práticas para a implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança

Maiara Folly e Renata Avelar Giannini
(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 23 - Filling the accountability gap: principles and practices for implementing body cameras for law enforcement

Robert Muggah, Emile Badran, Bruno Siqueira e Justin Kosslyn
(Novembro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 22 - Latin American Dialogue on International Peace and Security

Reviewing the prospects for peace operations, peacebuilding and women, peace and security
(Maio 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 21 - Assessing Haiti's Electoral Legitimacy Crisis – Results of a 2016 Survey

Athena R. Kolbe e Robert Muggah
(Fevereiro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 20 - Impact of Perceived Electoral Fraud on Haitian Voter's Beliefs about Democracy

Athena R. Kolbe, Nicole I. Cesnales, Marie N. Puccio e Robert Muggah
(Novembro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 19 - A Força de uma Trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)

Eduarda Passarelli Hamann
(Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 18 - Implementing UNSC Resolution 1325 in Brazil: surmounting challenges and promoting equality

Renata A. Giannini, Mariana Lima e Pérola Pereira
(Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 17 - A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: visão de mundo e narrativas do Brasil

Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 16 - Break Your Bones: mortality and morbidity associated with Haiti's Chikungunya epidemic

Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah
(Julho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 15 - New Technologies for Improving Old Public Security Challenges in Nairobi

Mads Frilander, Jamie Lundine, David Kutalek e Luchetu Likaka
(Junho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 14 - O Despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre política de drogas

Ilona Szabó de Carvalho
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 13 - The Changing Face of Technology Use in Pacified Communities

Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 12 - A Inserção de Civis Brasileiros no Sistema ONU: oportunidades e desafios

Renata Avelar Giannini
(Janeiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 11 - A Diáspora Criminal: o
alastramento transnacional do crime organizado e as
medidas para conter sua expansão
Juan Carlos Garzón Vergara
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 10 - Smarter Policing: tracking
the influence of new information technology in Rio
de Janeiro
Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e
Felipe Leusin
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 9 - Is Tourism Haiti's Magic
Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism
Potential
Athena R. Kolbe, Keely Brookes and Robert Muggah
(Junho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 8 - Violencia, Drogas y Armas
¿Otro Futuro Posible?
Ilona Szabó de Carvalho, Juan Carlos Garzón e
Robert Muggah
(Julho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 7 - A Promoção Da Paz
No Contexto Pós-2015: o papel das potências
emergentes
Robert Muggah, Ivan Campbell, Eduarda Hamann,
Gustavo Diniz e Marina Motta
(Fevereiro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 6 - After the Storm: Haiti's
coming food crisis
Athena Kolbe, Marie Puccio e Robert Muggah
(Dezembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 5 - Brazil's Experience in
Unstable Settings
Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite
(Novembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 4 - Cooperação Técnica
Brasileira
Iara Costa Leite e Eduarda Passarelli Hamann
(Setembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 3 - A Experiência do Brasil em
Contextos Instáveis
Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite
(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 2 - The Economic Costs of
Violent Crime in Urban Haiti (Aug 2011 - Jul 2012)
Athena R. Kolbe, Robert Muggah e Marie N. Puccio
(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 1 - Haiti's Urban Crime Wave?
Results from Monthly Households Surveys (Aug 2011 -
Feb 2012)
Athena R. Kolbe e Robert Muggah
(Março 2012)



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado às agendas da segurança, da justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) cidades seguras; (iv) consolidação da paz; e (v) segurança cibernética. O Instituto Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, com representação em Bogotá, Cidade do México, Lisboa e outras partes do mundo.



O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) é um estabelecimento de ensino e pesquisa, vinculado ao Ministério da Defesa. Sua missão principal é preparar militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e de desminagem humanitária. O Centro é referência para a gestão doutrinária de assuntos relativos às operações de paz, contando com significativos intercâmbios e produção acadêmica. O CCOPAB, com sede no Rio de Janeiro/RJ, projeta suas capacidades por intermédio de cursos e equipes móveis de treinamento, no Brasil e no exterior.

Instituto Igarapé

Rua Miranda Valverde, 64

Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22281-000

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br